

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.738 - AL (2019/0129794-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CAMAÇARI AGRO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE MEDEIROS SAMPAIO - AL004327
CAIO LEITE RIBEIRO - AL005664
AGRAVADO : JOSE FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO : LUIZ CARLOS BARBOSA DE ALMEIDA - AL002810

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TÍTULO DE CRÉDITO. AÇÃO DE COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE 60 DIAS. DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO RECONSIDERADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por CAMAÇARI AGRO INDUSTRIAL LTDA. contra decisão monocrática proferida pela Presidência desta Corte Superior (e-STJ, fls. 637-639) que, conhecendo do agravo, não conheceu do recurso especial devido à ausência de prequestionamento da tese inserida no art. 945, *caput* e § 1º, do CC/1916 (art. 324, *caput* e parágrafo único, do CC/2002).

Nas razões do presente recurso, a agravante defende que o conteúdo jurídico dos dispositivos acima elencados foi devidamente debatido pelo acórdão recorrido.

Sendo assim, requer a reconsideração da decisão agravada.

Brevemente relatado, decido.

Diante dos argumentos apresentados, constata-se assistir razão à agravante.

Assim, mediante juízo de retratação, nos termos do art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão de fls. 637-639 (e-STJ) e passo a novo exame do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 613-623).

Cuida-se de agravo interposto por CAMAÇARI AGRO INDUSTRIAL LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 606-611) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado (e-STJ, fls. 511-512):

AÇÃO DE COBRANÇA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTURAL. REJEITADA. DIREITO DE AÇÃO EXERCIDO EM TEMPO HÁBIL. APLICAÇÃO DO PRAZO VINTENÁRIO PREVISTO NO CC/1916. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. ARGUIÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. NECESSIDADE DE PERÍCIA CONTÁBIL. COMPLEXIDADE EVIDENCIADA PELA NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO E CONVERSÃO DOS VALORES POR TRÊS PLANOS ECONÔMICOS. IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO DA DEMANDA SEM A REALIZAÇÃO DA PROVA TÉCNICA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

01 - Os juros são acessórios do principal da dívida e representam uma remuneração devida pelo decurso do tempo, enquanto a correção monetária simboliza uma atualização do valor por meio de um índice de inflação, de modo a recompor eventuais perdas. Dito isso, não há como enquadrar a correção monetária como acessório de um principal - valor da dívida -, mas sim integrante daquele, de modo que, não se enquadrando sobre tal rubrica, deve ser aplicado o regramento geral, vigente à época, referente à prescrição vintenária.

02 - A decadência invocada pela parte, referente à ausência de impugnação do título executivo não se aplica ao caso concreto, pois o que se está a discutir é a correção ou não do valor que efetivamente foi pago, e não o título de crédito em si.

03 - Embora seja o Juiz o destinatário das provas produzidas pelas partes, cabendo-lhe a análise da conveniência de sua produção, a teor do artigo 130 do Código de Processo Civil, não pode ele se esquecer de que é seu dever, na condução dos feitos sob sua responsabilidade, garantir a paridade de armas entre as partes, tal como determina o inciso I do artigo 125 do mesmo diploma.

04 - No caso dos autos, tem-se que a prova pericial pretendida pela parte apelante, ao contrário do defendido pelas apeladas, seria imprescindível para o fim a que se propunha, notadamente porque se está a tratar de um suposto crédito que passa pelo exame de conversão de 03 (três) moedas distintas: o cruzeiro, o cruzado e o real, além da incidência do índice referente à ORTN, o que somente poderia ser averiguado por uma perícia contábil.

05 - Questões que envolvem a incidência de juros ou correção monetárias, por mais que existam atualmente programas específicos para esse fim e sítios na internet possibilitando tal atividade, tornam-se tormentosas a partir do instante em que nesse meio se agregam peculiaridades, a exemplo da existência de três planos econômicos diferentes, os quais exigem a produção de prova pericial, para o fim de

comprovar, realmente, a existência do crédito afirmado pelo autor.
RECURSO CONHECIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS E
PARCIALMENTE PROVIDO, POR MAIORIA.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 541):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL.
ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.
IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUTIR PRETENSÃO JÁ
ENFRENTADA. MATÉRIA PREQUESTIONADA.

01 - Os embargos de declaração constituem modalidade de impugnação às decisões judiciais que forem omissas, obscuras, contraditórias ou para correção de mero erro material, sendo possível o prequestionamento da matéria, desde que suscitada alguma das hipóteses específicas para o seu cabimento.

2 - A contradição que autoriza o acolhimento do recurso pressupõe a existência de incoerência dentro do provimento jurisdicional, assim, inexistindo os requisitos apontados, o mero inconformismo da parte com o resultado do julgamento não será suficiente para o acolhimento dos embargos de declaração.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou divergência jurisprudencial e violação ao art. 945, *caput* e § 1º, do CC/1916 (art. 324, *caput* e parágrafo único, do CC/2002).

Defendeu a decadência do direito do recorrido em pleitear a complementação dos valores inscritos em título de crédito já pago e regatado há mais de 17 (dezessete) anos.

Apreciada a admissibilidade do recurso especial, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 606-611).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 613-623).

De início, é importante ressaltar que o recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo

CPC".

Nas razões do presente recurso, a agravante alega ter cumprido com todos os requisitos exigidos para conhecimento e julgamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No apelo excepcional, a recorrente defendeu a aplicação dos efeitos da decadência quando o credor, no prazo de 60 (sessenta) dias após a quitação do título de crédito, deixa de impugnar o pagamento efetuado.

Sustentou não mais ser possível a discussão a respeito dos valores aplicados à correção monetária do débito, pois já transcorrido mais de 17 (dezessete) anos após o resgate e entrega do título de crédito.

O Tribunal de origem, ao examinar o tema, expôs os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 517):

26. Além do mais, a decadência invocada pela parte, referente à ausência de impugnação da nota promissória não se aplica ao caso concreto, pois o que se está a discutir é a correção ou não do valor que efetivamente foi pago, através de cheque, e não o título de crédito em si.

27. A nota promissória é mera promessa de pagamento, que visa resguardar o negócio jurídico. Contudo, a partir do instante em que houve a emissão dos cheques para pagamento, houve, em tese, a satisfação da obrigação, sendo este o questionamento da presente demanda.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que a Corte estadual entendeu que apenas está sujeito ao prazo decadencial descrito no art. 324, *caput* e § 1º, do CC/2002 (art. 945, *caput* e § 1º, do CC/1916) o valor do débito principal sem a inclusão dos juros e da correção monetária.

De fato, a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça se manifesta no sentido de que a quitação total a que se refere os dispositivos acima elencados aplica-se apenas ao crédito principal, sem incluir os valores referentes à correção monetária, a qual, por constituir recomposição do valor do débito, não está sujeita à obrigatoriedade de

impugnação no prazo previsto na legislação civil.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*, confirmam-se os seguintes precedentes:

Administrativo e Civil. Contrato com a Administração Pública. Quitação sem ressalva. Possibilidade de cobrança de saldo residual e de correção monetária. Precedentes.

1. Havendo quitação sem ressalva, presume-se o pagamento apenas quanto ao principal, podendo tal presunção ser afastada mediante prova em contrário, uma vez que relativa. No caso concreto, não logrou êxito a Recorrente em arredá-la.

2. Especificamente quanto à possibilidade de cobrança de correção monetária, ainda que sem ressalva a quitação, há inúmeros precedentes que a admitem. Entende-se que, por não constituir a correção monetária um plus, mas um minus, nada acrescentando ao valor original, o Poder Público só estará liberado quanto integralmente pago o débito, o que inclui a atualização pleiteada, quando verificado o atraso no adimplemento da obrigação.

3. Precedentes jurisprudenciais.

4. Recurso parcialmente provido.

(REsp 171.160/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/06/2001, DJ 11/03/2002, p. 170)

Caderneta de poupança. Diferenças de rendimentos. Plano Verão. Não contraria o art. 17, I, da Lei 7.730/89, o acórdão que deixa de aplicá-lo às cadernetas de poupança, com período mensal iniciado até 15 de janeiro de 1989.

Não se há de falar em quitação tácita do débito relativo à inadequada correção dos depósitos em caderneta de poupança pelo simples fato de que o poupador deixou de manifestar, em momento imediato, sua ressalva, vindo a movimentar posteriormente a conta de poupança.

Prescrição. Não incide o disposto no art. 178, § 10, III, do Código Civil, pois a correção monetária visa a manter íntegro o capital, não se confundindo com prestação acessória, não sendo caso, tampouco, de incidência do art. 445 do Código Comercial.

PLANO COLLOR.

Transferidos os saldos em cruzados novos para o Banco Central, não poderão os primitivos depositários ser obrigados a responder por encargos relativos a período em que não tinham a disponibilidade dos valores.

(REsp 146.545/SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2000, DJ 15/05/2000, p. 156)

No caso exame, como a ação de complementação interposta pelo recorrido visava apenas o pagamento dos valores referentes à correção monetária aplicada ao débito inscrito no título de crédito, não há como ser reconhecida a decadência pleiteada com base no art. 324, *caput* e § 1º, do CC/2002 (art. 945, *caput* e § 1º, do CC/1916).

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, verificando-se a consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência deste Tribunal Superior, não há se falar em violação à legislação federal apontada, nem na existência de divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada (e-STJ fls. 637-639) para, conhecendo do agravo, negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator